



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política- IPOL

Isadora Pimenta Vaz de Campos
Gabriela Sousa de Melo Mietto (Orientadora)

Os burocratas de nível de rua afetam a educação inclusiva?

Reflexões sobre a discricionariedade exercida por professores nas políticas públicas para crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista

Brasília-DF

2023



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política- IPOL

Isadora Pimenta Vaz de Campos

Os burocratas de nível de rua afetam a educação inclusiva?

Trabalho apresentado ao Curso de Ciência Política do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação da professora Gabriela Sousa De Melo Mietto do Instituto de Psicologia e examinada por Denilson Bandeira Coelho, do Instituto de Ciência Política.

Os burocratas de nível de rua afetam a educação inclusiva?

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Ciência Política, apresentada à seguinte banca examinadora:

Professora Gabriela Sousa De Melo

Mietto

(Universidade de Brasília)

Orientadora

Professor Denilson Bandeira Coelho

(Universidade de Brasília)

Parecerista

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer aos meus pais por sempre terem me apoiado e acreditado em mim. Sem o suporte da minha família eu não conseguiria chegar até aqui. Em especial, quero agradecer a minha mãe, que foi uma das minhas inspirações para escrever sobre a educação inclusiva. Ver ela com tanta alegria trabalhando com as crianças e falando sobre o assunto foi uma das razões que escolhi este tema.

A professora Gabriela Mietto que abraçou esse projeto junto comigo e me aconselhou da melhor forma sobre assuntos que eu não estava tão familiarizada até então.

Às minhas colegas de curso, Livia e Daniele, que passaram por essa jornada junto comigo. O percurso da faculdade nem sempre tem apenas alegrias e poder estar com elas deixou tudo mais fácil e tranquilo de lidar.

Aos meus amigos que estão comigo desde o ensino médio e fazem parte do meu processo contínuo de evolução.

A todos, meu muito obrigada!

RESUMO

O desenvolvimento humano é um processo único e dinâmico, sendo influenciado diretamente pelas relações interpessoais que ocorrem ao longo da vida do indivíduo. Para uma criança, a influência do ambiente e das pessoas presentes nele é ainda mais importante por ela estar no começo do seu desenvolvimento, nos levando a refletir sobre qual a relevância do papel das escolas e dos professores na formação dos indivíduos. Portanto, este trabalho procura analisar os processos de discricionariedade dos burocratas de nível de rua, especificamente os professores, e como isso afeta o processo de implementação das políticas públicas. O objetivo da análise é observar se a forma como os agentes públicos vão aplicar as políticas públicas na escola pode afetar na maneira como a educação inclusiva é colocada para as crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Palavras-chave: Burocratas de Nível de Rua; Políticas Públicas; Transtorno do Espectro Autista; Educação Inclusiva.

ABSTRACT

Human development is a unique and dynamic process, being directly influenced by the interpersonal relationships that occur throughout the individual's life. For a child, the influence of the environment and the people present in it is even more important because he is at the beginning of his development, leading us to reflect on what is the relevance of the role of schools and teachers in the formation of individuals. Therefore, this paper seeks to analyze the discretionary processes of street-level bureaucrats, specifically teachers, and how this affects the process of public policy implementation. The goal of the analysis is to observe if the way public agents go about implementing public policies at school can affect the way inclusive education is placed for children diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD).

Keywords: Street Level Bureaucrats; Public Policy; Autistic Spectrum Disorder; Inclusive Education

Sumário

Introdução.....	7
Burocratas de nível de rua e a discricionariedade	8
Desenvolvimento Humano, Transtorno do Espectro Autista e Educação Inclusiva	10
Metodologia.....	15
Professores e a discricionariedade	16
1. Implementação de políticas públicas na sala de aula.....	20
Considerações Finais.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar como a discricionariedade dos burocratas de nível de rua pode afetar a implementação das políticas públicas, com ênfase nos professores e na educação inclusiva. Para tanto, será apresentado levantamento teórico sobre conceitos específicos, tais como "discricionariedade", "transtorno do espectro autista", "aprendizado", buscando levantar algumas reflexões que nos permitam entender como áreas de conhecimento distintas, como Ciência Política, Psicologia e Pedagogia, se interligam e como se relacionam.

As políticas públicas passam por diversas autoridades desde sua formulação até a sua implementação, o que torna natural a ocorrência de mudanças entre o que foi originalmente proposto e o que é aplicado na prática. O processo de formação dessas políticas envolve a definição da agenda, que observa quais problemas precisam de maior atenção, bem como a definição das alternativas, considerando as soluções para esses problemas, possíveis custos e efeitos de cada opção (CAPELLA, 2018). É um processo complexo que requer responsabilidade e sensibilidade em relação à população, visando construir políticas públicas que atendam a todos de forma ampla e justa. No entanto, muitas vezes o Estado acaba criando políticas com decisões vagas e conflituosas para suprir as necessidades gerais da população (LOTTA, 2018). Essa vagueza deixa um espaço em aberto sobre o que a política procura atingir e o que é necessário fazer na prática para atingir essa finalidade, tornando o exercício da discricionariedade por parte dos burocratas de nível de rua ainda mais essencial (OLIVEIRA, 2012).

Muitos estudos e pesquisas se concentram principalmente na formação da agenda ou na formulação de políticas públicas, mas há uma escassez de estudos aprofundados sobre a implementação dessas políticas (OLIVEIRA, 2022). Esse problema é ainda mais evidente quando se trata de políticas públicas educacionais. Dado que as políticas nem sempre são claras sobre seus objetivos e formas de ação, é importante entender como os valores e julgamentos pessoais dos professores, juntamente com questões de recursos e estratégias pedagógicas, podem influenciar o desenvolvimento da aprendizagem de crianças consideradas com desenvolvimento atípico em uma perspectiva inclusiva. Para entender melhor como a interpretação que o agente público faz da política e os efeitos que isso pode gerar nos usuários do serviço, especialmente na relação entre professor e aluno, este artigo foi dividido da seguinte forma: A primeira seção discutirá os burocratas de nível de rua e a discricionariedade, introduzindo esses conceitos de forma mais detalhada. A segunda parte abordará a concepção cultural de desenvolvimento humano e

sua compreensão sobre o transtorno do espectro autista e aspectos educacionais. A terceira parte descreverá a metodologia utilizada neste trabalho e a quarta seção explorará como a primeira e a segunda seção estão interligadas. Por fim, uma conclusão reunirá os principais pontos do texto.

Burocratas de nível de rua e a discricionariedade

O termo “burocratas de nível de rua” foi criado por Lipsky (1980) para se referir aos profissionais que atuam na linha de frente dos serviços públicos, tais como professores, policiais, assistentes sociais e outros funcionários públicos que trabalham em contato direto com os usuários dos serviços. Esses profissionais são fundamentais na implementação das políticas públicas definidas pelos altos escalões do governo e têm um papel crucial na determinação de como essas políticas serão implementadas na prática, interpretando e aplicando de maneira que melhor se adapte as necessidades dos clientes. Devido ao seu trabalho direto com a população, esses burocratas atuam como intermediários entre a administração pública e a sociedade, conectando a população aos seus direitos e atuando como uma ponte entre a comunidade e o governo (LOTTA, 2022). É importante ressaltar, contudo, que, nas democracias contemporâneas, eles não são apenas executores de políticas públicas, mas também participam ativamente dos processos de tomada de decisão como “policymakers”, contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento dessas políticas (LOTTA, 2012). Portanto, embora os burocratas de nível de rua sejam representantes do Estado para a sociedade, é fundamental compreender que eles possuem certo grau de autonomia e discricionariedade na execução de suas tarefas. Lotta (2012) pontua em sua obra que:

“A discricionariedade desses agentes está em determinar a natureza, a quantidade e qualidade dos benefícios, além das sanções fornecidas por sua agência. Assim, mesmo que as dimensões políticas oficiais moldem alguns padrões de decisão e normas comunitárias e administrativas, esses agentes ainda conseguem ter autonomia para decidir como aplicá-las e inseri-las nas práticas de implementação” (LOTTA, 2012, p.27)

O exercício da discricionariedade é essencial considerando a característica abstrata da constituição, as políticas públicas são desenhadas no âmbito federal e devem passar por um processo de interpretação e adaptação de acordo com os contextos em que estão inseridas para que se tornem políticas funcionais (LOTTA, 2012). As decisões dos agentes são pautadas nas Leis e normas do Estado, porém eles consideram o contexto local, os recursos disponíveis, seus próprios valores e opiniões e a relação desenvolvida com o usuário e com a comunidade no momento de aplicar as políticas públicas (LOTTA, 2022). As leis do Estado não conseguem abranger todos

os contextos possíveis e suas variáveis, assim é importante que o agente tenha sua autonomia de escolha, deliberando o que será mais adequado em cada caso. Levando em consideração a formação acadêmica e as experiências anteriores, os agentes públicos dispõem da competência necessária para tomar decisões sobre o que será mais benéfico em cada caso, seja aplicando determinada política seja deixando de aplicá-la, ou até mesmo modificando-a de acordo com o usuário e o ambiente local.

No cotidiano da administração pública, muitas vezes, as regras formais não são suficientes para lidar com todas as situações e demandas dos cidadãos. Além disso, é comum que os recursos destinados à agência pública sejam insuficientes para atender plenamente a população. Por as regras formais não conseguirem, muitas vezes, abarcar todos os casos concretos e os recursos disponíveis serem insuficientes para atender plenamente os requerimentos da política, o exercício da discricionariedade se torna uma condição inevitável e necessária na atuação dos agentes públicos (OLIVEIRA, 2012). Nesse contexto, o poder discricionário do agente torna-se imprescindível para que a organização possa se adaptar às realidades locais, funcionar de maneira adequada e atender às demandas da população. Quanto mais indefinido o texto da política, maior será o espaço para a discricionariedade dos burocratas de nível de rua (OLIVEIRA, 2022). Cabe pontuar que esta discricionariedade não significa arbitrariedade ou ausência de regras, o agente deve buscar sempre agir de forma ética e transparente, pautando-se pelos valores e princípios que orientam a administração pública (OLIVEIRA, 2012). Além disso, é fundamental que haja uma cultura de prestação de contas e de controle social, de forma a garantir a qualidade e a efetividade dos serviços prestados.

Assim a discricionariedade é a capacidade dos burocratas de nível de rua de interpretar e aplicar as normas de maneira flexível e adaptativa às necessidades dos cidadãos, sem desconsiderar as regras estabelecidas (OLIVEIRA, 2012) . Mas, há casos em que, ao interpretar a lei de acordo seus próprios princípios e sua relação com a comunidade, o burocrata de nível de rua pode acabar cometendo falhas e prejudicando as pessoas com os quais seu trabalho está envolvido. A discricção excessiva pode levar a distorções e injustiças, além de abrir espaço para a corrupção e outros desvios. Por isso, é importante que haja um equilíbrio entre a autonomia dos agentes e o controle social, de forma a garantir que o poder discricionário seja exercido de forma responsável e em benefício da sociedade como um todo. Sendo essencial que

o agente mantenha as éticas da profissão na hora de exercer a discricionariedade e que haja um limite na variação das especificações da política pública. A autonomia dos agentes é um assunto sensível justamente por suas decisões afetarem diretamente a vida dos indivíduos, sendo preciso ter muito cuidado com a forma como essa interação será feita.

Desenvolvimento Humano, Transtorno do Espectro Autista e Educação Inclusiva

No campo das áreas que tangenciam psicologia e aprendizagem, Vygotsky (1991) é um dos autores que ressaltam a importância do papel da cultura, da sociedade e da história no processo de formação das funções psicológicas do ser humano, indicando que estes processos começam desde criança, no que hoje consideramos a primeiríssima infância (0-2 anos). O autor apresenta em sua teoria a relevância que alguém mais experiente, como um pai, um professor e até mesmo uma outra criança, por exemplo, possui no desenvolvimento da aprendizagem de uma criança menos experiente em determinada tarefa. E, segundo o autor, o aprendizado é o fator que possibilita o despertar do desenvolvimento de processos internos (KOHL, 2006). Ou seja, se a criança não tivesse contato com determinado ambiente cultural e, portanto, com certos aprendizados, ela não seria capaz de desenvolver certas áreas. Um exemplo deste cenário é o caso da leitura e da escrita, se não há um ambiente sociocultural no qual a criança seja estimulada a ler e escrever, estes processos internos não serão despertados e, dessa maneira, ela não desenvolverá estas habilidades (CARVALHO, 2023). Assim, a teoria de Vygotsky aponta que o desenvolvimento é guiado pelo ambiente sociocultural e pelas relações com o outro, de forma que o processo individual de construção do ser psicológico estaria diretamente ligado com o meio em que a pessoa está inserida (CARVALHO, 2023).

Contudo a forma como a cultura e a história vão agir sob cada indivíduo, assim como a forma como cada indivíduo age sobre o ambiente, transformando e sendo transformado pela cultura, é diferente, o que torna o processo de desenvolvimento humano singular. Cada sujeito se relaciona com ambas de forma única, criando modelos que, mesmo que parecidos, não se repetem. Vygotsky defende a perspectiva sociointeracionista, ou seja, o ser humano construiria sua singularidade na forma que interagiria com o meio e as pessoas presentes nele, de maneira que o desenvolvimento se daria nas interações (KOHL, 2006): “As leis do desenvolvimento são as mesmas para todas as crianças: o que mudam são os caminhos para alcançar esse desenvolvimento” (CARVALHO, 2023). Assim, mesmo que as leis gerais sejam as mesmas, inclusive no

desenvolvimento atípico, existem possibilidades distintas para alcançar essas leis gerais. Um professor, por exemplo, deve criar estratégias pedagógicas específicas para as crianças com percursos de desenvolvimento diferenciados, para que os processos interativos possam ocorrer e a criança consiga se desenvolver. Portanto, seguindo a linha de pensamento de Vygotsky de que cada desenvolvimento é singular e que cada pessoa possui desejos, necessidades e interesses diferentes, que não necessariamente se igualam com os do grupo em que fazem parte é preciso entender que não é possível e nem justo tratar todos os indivíduos sob as mesmas condições. As crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista, por exemplo, cujo diagnóstico é descrito no DSMI-V (2013), podem até apresentar sintomatologia parecida, como déficits na reciprocidade socioemocional ou déficits nos comportamentos comunicativos não verbais (VOLKMAR & WIESNER, 2005). No entanto, quando as conhecemos melhor, podemos perceber que cada uma possui suas próprias características e personalidades e, assim, cada uma vai manifestar de forma distinta essas singularidades. A circunstância de cada uma será diferente de acordo com vários aspectos – a comunidade de onde veio, a relação com a família, o modo como interage com o ambiente, e etc – sendo necessário que cada criança seja enxergada de maneira individual pelo burocrata. Para que haja a inclusão adequada de todos na sociedade e a possibilidade apropriada de desenvolvimento de cada um, é necessário respeitar as diferenças e criar mecanismos que proporcionem chances de igualar as oportunidades.

As interações sociais e culturais são aspectos fundamentais para o desenvolvimento humano e, seguindo esta lógica, podemos concluir que as instituições sociais, como a escola, estão diretamente envolvidas no processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores. As instituições escolares acabam sendo contextos responsáveis por apresentar aos estudantes um leque variado de possibilidades de se relacionar, o que contribui para o desenvolvimento global. Entendendo o desenvolvimento humano como algo que é influenciado pelas relações sociais, a escola exerce um papel fundamental. O papel da educação, como pontuado por Bruner (1997), vai além da transmissão de conhecimentos específicos para o mercado de trabalho ou para a vida cotidiana, sendo também uma ferramenta essencial para o desenvolvimento da capacidade de aprendizado ao longo da vida. Isso significa que a escola também deve fornecer ferramentas e estratégias que permitam aos alunos continuar a aprender e se desenvolver mesmo depois de concluírem sua educação formal (BRUNER, 1997). E um dos aspectos fundamentais para a aprendizagem é a internalização das interações sociais,

de modo que a criança passa a desenvolver na escola suas características sociais de acordo com o contexto cultural em que está inserida, conquistando habilidades para que depois consiga se inserir na comunidade com maior facilidade (CARVALHO, 2023). E, neste cenário, o professor é o responsável por guiar o aluno, por ajudá-lo a aprender a compreender o mundo social, pouco a pouco, de maneira autônoma.

A crítica que pode ser feita às instituições é a tentativa destas de homogeneizar os sujeitos, usar um padrão igual de mecanismos para todos os indivíduos. E, muitas vezes, ao invés de tratar todos os alunos de acordo com a suas singularidades, mas ainda assim inclui-los no universo da turma, acabam criando uma pedagogia especial para aqueles que possuem um desenvolvimento atípico. Esta situação acaba criando uma relação de inferioridade, aqueles que não possuem o desenvolvimento tido como comum são excluídos e passam a receber um tratamento diferenciado, ficando mais afastados das outras crianças. Isso acaba por dificultar a inclusão da criança atípica na sociedade, por não ter possuído o incentivo correto para se relacionar, ela acaba tendo dificuldades em se inserir no mundo no futuro, tanto nas relações profissionais quanto nas relações afetivas (CARVALHO, 2023).

Para as crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista, a forma como o profissional vai exercer a discricionariedade é ainda mais importante. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, quinta edição (DSM-5, 2013) o Transtorno do Espectro Autista tem como classificação déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, por exemplo, déficits na reciprocidade socioemocional, déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social e déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além de incluir padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, podendo, também, estar associado com outras condições como: epilepsia, depressão, ansiedade e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (OPAS, 2022). É importante ressaltar que existem diferentes graus dentro dessas classificações, variando de nível de acordo com as características que cada pessoa apresenta. Indivíduos diagnosticados com o TEA podem diversificar, segundo o DSM-5 (2013), entre três níveis de funcionalidade: (1) precisa de suporte mas geralmente conseguem ter uma vida relativamente independente; (2) requer um suporte substancial, tendo maiores dificuldades em se comunicar, interagir socialmente e lidar com mudanças; (3) necessita de um suporte muito substancial, possuindo problemas significativos de comunicação e interação social, podendo apresentar comportamentos repetitivos e restritivos. Porém,

cada indivíduo com autismo é único e pode apresentar uma variedade de sintomas e características em diferentes graus, devendo ser olhados como pessoas singulares, com características próprias, e não colocadas dentro de um grupo geral de pessoas que são diagnosticadas. Mesmo que, na teoria, os indivíduos estejam na mesma classificação de nível de gravidade, o transtorno se apresenta em cada um de maneira singular, sendo preciso entender que mesmo que se tenham traços comuns, a realidade e as necessidades podem variar (VOLKMAR & WIESNER, 2005).

Assim, as crianças diagnosticadas com TEA podem ter diferentes tipos de déficits na reciprocidade socioemocional, nos comportamentos comunicativos não verbais, no desenvolvimento e na compreensão de relacionamentos. Os padrões restritos e repetitivos de comportamentos interesses ou atividades pode se dar por movimentos motores – uso de objetos ou fala estereotipadas, insistências nas mesmas coisas, inflexibilidade, padrão de rotinas, hiper foco, hiper-reatividade a estímulos sensoriais (VOLKMAR & WIESNER, 2005). Os sintomas aparecem precocemente no período de desenvolvimento da criança, havendo casos em que não se manifestam no começo em virtude das situações sociais ainda não excederam os limites da criança ou por efeito de estratégias que ela aprendeu a mascarar (VOLKMAR & WIESNER, 2005). A forma como a criança vai lidar com esses possíveis déficits varia de acordo com o contexto em que ela se encontra e de acordo com a rede de apoio que ela possui, estando incluso nessa rede os professores. Eles serão de extrema importância para ajudar a criança a se desenvolver tanto em relação a questões pessoais quanto ao sentimento de pertencimento com a sociedade. De forma que ela tenha os mecanismos necessários para conseguir se desenvolver, mas, ao mesmo tempo, não seja afastada da turma por conta de seu diagnóstico.

No Brasil existem algumas leis que procuram garantir e proteger os direitos das pessoas diagnosticadas com autismo. Pode-se observar, por exemplo, a lei nº 12.764/2012 que institui a proteção dos Direitos da Pessoa com Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução e, também, a lei nº 13.977/2020 em que garante a Carteira de Identificação da Pessoa com Espectro Autista (Ciptea). Já na parte da educação, a Lei nº 9.394 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, possuindo artigos específicos para a educação especial. Os artigos 58, 59, e 60, por exemplo, vão garantir certos direitos como: serviços de apoio especializado, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades, integração nas classes comuns, professores com especialização adequada etc. É importante acentuar que dentro dessa Lei, é frisado em diversos momentos a preferência

em incluir o aluno na rede regular de ensino e, apenas se necessário, deverá haver um atendimento educacional especial em classes, escolas ou serviços especializados. Na Lei 12.746, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, faz parte das diretrizes: a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação. É garantido, também, dentre outros, o direito ao acesso à educação e ao ensino profissionalizante e, caso o gestor ou a autoridade competente se recuse a matricular a criança com TEA – ou com qualquer outra deficiência, será punido com uma multa de três a vinte salários-mínimos. Na Lei 13.146, no artigo 27, é colocado que “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. E o artigo 28 diz que compete ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva determina que os alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista sejam incluídos na rede regular de ensino, devendo receber um Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno. Com essa política as escolas tiveram um ingresso maior de alunos com diagnóstico, em 2006 o número era de 2.204 alunos e já em 2012 este número subiu para 25.624 (NUNES, 2013). Apesar de existirem políticas públicas para crianças diagnosticadas com TEA, nem sempre elas são 100% efetivas. Ou seja, mesmo com normas no papel, as instituições educacionais apresentam números que demonstram a existência de uma lacuna para auxiliar as crianças com autismo. Um estudo realizado em escolas municipais de Belo Horizonte, por exemplo, mostra que em torno de 90% dos alunos com TEA não estavam desenvolvendo suas habilidades de escrita e de leitura e que 40% não estavam evoluindo de acordo com o que se esperava da idade (NUNES, 2013). No Distrito Federal, ainda há casos de crianças que possuem sua matrícula negada por conta de preconceitos dos professores e pela falta de treinamento necessário da equipe.

A Educação Inclusiva foi criada com o intuito de reformar o sistema educacional geral. Enquanto o movimento de integração estava focando em melhorias dentro da Educação Especial, o movimento de inclusão procurava elaborar políticas que tornassem

possível um sistema unitário de qualidade em que não houvesse separação entre educação especial e educação comum (CARVALHO, 2023). Mas, observa-se ao mesmo tempo que buscam unificar a educação de maneira que todos sejam incluídos, parte do compromisso da educação inclusiva é compreender que há diversidades na sociedade, de forma que dentro de um mesmo grupo existem pluralismos por conta de contextos históricos, econômicos, políticos e socioculturais específicos de cada um. Segundo declaração da UNESCO a educação inclusiva é “uma forma dinâmica de responder positivamente à diversidade dos alunos e de olhar para as diferenças individuais não como problemas, mas como oportunidades para enriquecer a aprendizagem” (UNESCO, 2005, p. 9). Dessa forma, a escola exerce um papel essencial, já que será dentro do seu cenário que serão aplicadas as políticas públicas de inclusão escolar e social, sendo o professor o principal responsável pelas atividades de participação e aprendizagem dos estudantes dentro da sala de aula. Em relação às práticas pedagógicas, Ainscow (1995) sugere algumas ações, como planificação das aulas para toda a classe e a personalização das experiências das aulas sem individualizar atividades (CARVALHO, 2023). Porém, cabe salientar que esses modelos universais usados como referência devem ser aplicados de acordo com a realidade social, cultural e econômica de cada país, pois se há a generalização dessas normas internacionais é possível que diversos alunos fiquem sem o apoio necessário de acordo com sua situação (CARVALHO, 2023).

Metodologia

Neste estudo, foi utilizado uma pesquisa bibliográfica para aprimorar e atualizar o conteúdo, consultando fontes como livros, artigos científicos e leis. O objetivo foi adquirir o conhecimento necessário para apresentar o assunto e promover reflexões no leitor. A pesquisa bibliográfica é fundamental para o desenvolvimento de novas teorias, estabelecendo novas conexões e percepções a respeito de temas já discutidos em outras obras. Com base em teorias previamente discutidas, foi possível combinar conceitos em uma tese, atualizando informações anteriores e adicionando novas perspectivas ao debate (SOUSA, 2021).

Dessa maneira, utilizou-se bases teóricas provenientes das áreas da educação, psicologia e ciência política, a fim de demonstrar como o conceito da implementação de políticas públicas educacionais transcende o campo da administração técnica governamental. Com o intuito de discutir como a forma como um burocrata de nível de rua atua pode influenciar no desenvolvimento de uma pessoa, foram reunidos assuntos de ramos distintos em uma reflexão mais ampla, com base em um conjunto de teorias e dados

já publicados. Para tanto, a metodologia escolhida para a melhor discussão do tema foi a pesquisa qualitativa, a qual busca compreender e desenvolver os materiais estudados de forma criteriosa, priorizando a qualidade em detrimento da quantidade (SOUSA 2021). Por meio de uma revisão bibliográfica, pretende-se instigar o leitor a refletir sobre o tópico em questão.

Realizou-se uma pesquisa no portal Capes com o intuito de investigar a discricionariedade na implementação de políticas públicas, adotando como descritores iniciais os seguintes termos: “discricionariedade implementação de políticas públicas”, “discricionariedade implementação de políticas públicas educacionais” e “burocratas de nível de rua e educação”. Observou-se, entretanto, que a restrição dos filtros resultou em uma redução significativa da quantidade de artigos sobre o tema. Diante disso, utilizou-se como estratégia a análise das referências bibliográficas dos artigos produzidos acerca do assunto em questão, a fim de ampliar o número de fontes e, assim, possibilitar a conexão de temas relacionados.

Professores e a discricionariedade

Os professores são os burocratas de nível de rua responsáveis por aplicar as políticas públicas nas instituições escolares, tendo seu papel na sala de aula estreitamente ligado aos processos de desenvolvimento das crianças. Como demonstra Vygotsky (1991) o desenvolvimento das funções psicológicas do ser humano ocorre em processos de interação humana, inicialmente de forma interna e depois, com influência das mediações, ocorre os processos de externalização. É importante que o educador tenha consciência do alcance que suas ações podem ter no processo de formação da mente das crianças, sendo preciso que haja o conhecimento dos entendimentos e habilidades singulares de seus alunos, planejando dinâmicas pedagógicas que os estimulem a avançarem em seus desenvolvimentos cognitivos (VYGOTSKY, 1991). Ao pensar em um grupo mais específico, como as crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista, que é caracterizado por uma série de condições marcadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem, torna-se mais perceptível a importância de analisar o modo como as políticas públicas vão ser aplicadas pelos burocratas (OPAS, 2022).

No momento de exercer a discricionariedade o agente deixa suas questões pessoais, seus valores, a relação que estabeleceu com a criança e com a família, a comunidade de onde veio e a forma como está inserido dentro da comunidade em que trabalha influenciar na maneira como vai interpretar e conduzir as políticas (LOTTA,

2018). A maneira como os burocratas de nível de rua exercem seu trabalho e aplicam as políticas públicas pode influenciar o modo como os usuários desses serviços vão avançar. Entendendo, ainda, que os desenvolvimentos dos processos internos das crianças estão ligados com as relações que ela possui com o ambiente e com a forma como interage com as pessoas presentes nele (VYGOTSKY, 1991), o papel do professor, ao direcionar as políticas públicas, interfere de maneira ainda mais direta no percurso que as crianças terão para o desenvolvimento de seus aprendizados e a forma como vão progredir em relação aos conhecimentos que estão construindo.

Para entender melhor a ligação dos burocratas de nível de rua e as leis do Estado, juntamente com a maneira como estão envolvidos na implementação das políticas e como podem alterar o direcionamento delas, vamos examinar uma análise feita pela pesquisadora Gabriela Lotta, entre 2007-2010, para depois entender como isso se encaixa no cenário da educação inclusiva. Nesta pesquisa ela compara a atuação dos Agentes Comunitários da Saúde (ACS) inseridos no Programa Saúde Família (PSF) de três Unidades Básicas de Saúde (UBS) em três municípios diferentes. É interessante observar que estes ACS eram selecionados dentro da comunidade onde iriam atuar, de forma que a maneira como os agentes implementavam a política pública era diretamente influenciada pelas vivências pessoais experienciadas naquele território e sua rede de contato ali (LOTTA, 2012). Lotta teoriza, em seu texto, a respeito das brechas deixadas no processo de construção de uma política pública e a necessidade da existência delas para que as políticas sejam conduzidas da maneira mais adequada de acordo com cada realidade. Assim, neste sentido, o PSF consegue avançar, já que o agente possui um vínculo maior com a comunidade por já ser pertencente a ela, tornando possível compreender com maior clareza os reais problemas da comunidade. Consequentemente, essa relação entre esses ACS e os usuários do serviço cria um laço de maior proximidade entre o Estado e a sociedade (LOTTA, 2012).

Existem alguns métodos que os burocratas de nível de rua podem aplicar e, assim, estabelecer um vínculo maior com o usuário, facilitando a abertura para o diálogo e a ampla comunicação. Um exemplo de método é a “tradução”, na qual o agente utiliza linguagens que sejam comuns para a pessoa com quem está falando. Ou seja, ao falar com um paciente o ACS troca os termos técnicos da área da saúde por palavras mais conhecidas no cotidiano dos pacientes e vice-versa, ao falar com alguém algum colega de trabalho sobre a questão do paciente utiliza uma linguagem com o teor profissional necessário, exercendo um papel de ponte entre os usuários e os serviços (LOTTA, 2018).

Ao fazer esse estilo de mediação, o burocrata cria um ambiente mais confortável para o paciente poder se expressar sobre suas questões e conseguir também compreender o que o está sendo falado (LOTTA, 2012). Outra forma de facilitar o diálogo e o entendimento do usuário é a utilização de referências por parte do burocrata, eles podem fazer referências a comunidade, a religião, a pessoas que sejam comuns aos dois, a história do usuário, e qualquer outra coisa que o usuário se identifique e consiga fazer a ligação. Ao analisar os municípios estudados, Lotta percebeu que em Sobral um dos 5 estilos mais recorrentes era a referência a religião e, ao observar o processo de surgimento do PSF no local, pode-se entender que uma das explicações para isso é por causa da Pastoral da Criança, ligada à igreja católica, estar envolvida na constituição do programa (LOTTA, 2012).

O uso de referências esteve presente como uma das medidas de maior destaque nos três municípios estudados e isso pode estar ligado ao fato das referências darem maior credibilidade ao agente (LOTTA, 2012). Os pacientes conseguem comparar a situação que estão passando com algo de seu cotidiano e, assim, se identificam com o que está sendo dito e legitimam o ACS. O fato de os agentes pertencerem a comunidade em que trabalham é importante para que as referências possam ser feitas de modo orgânico, isto é, de forma que o agente realmente saiba como funcionam as coisas no local (LOTTA, 2018). Assim, como o agente tem maior conhecimento das possíveis vivências do usuário e possui olhares parecidos para algumas questões por conta de onde vieram, a criação de vínculos se torna algo mais atingível, fazendo com que o ACS consiga entender melhor o que será necessário na hora de exercer a discricionariedade. A forma como a discricionariedade ocorre afeta diretamente a maneira como a política pública será implementada, portanto, os valores pessoais, o lugar de origem, o vínculo estabelecido com a comunidade e com o usuário, e entre outros fatores, irão moldar a maneira como o burocrata de nível de rua julga a situação e como ele irá interagir e aplicar a política (LOTTA, 2012). Ao compreender estes aspectos e a forma como eles estão conectados, é possível traçar uma linha de raciocínio em relação aos professores e as políticas públicas para as crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista.

Os burocratas de nível de rua são importantes para realizar a ponte entre a política pública e o que o usuário do serviço precisa (LOTTA, 2018). Assim, em processos inclusivos escolares, os professores seriam uma das mais importantes pontes para a criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista, e sua família, e as políticas públicas educacionais. O papel da discricionariedade do educador aqui será essencial para

guiar a política de acordo com o contexto de cada criança, ele terá a oportunidade de criar vínculo com o aluno e entender melhor quais medidas são mais relevantes para ajudar a criança a se desenvolver. Porém, questões como as apresentadas no estudo de Lotta (2012), apontam a importância de alguns aspectos para que esse vínculo possa ser criado. Em sua pesquisa, foi possível observar que, devido aos ACS serem do mesmo local em que trabalhavam, eles compreendiam algumas questões com maior facilidade e conseguiam fazer referências com o paciente, o que os faziam ter o sentimento de pertencimento e, dessa maneira, se sentiam mais confortáveis. Com esse maior entendimento da comunidade, o agente conseguia se comunicar melhor e, portanto, compreender melhor a situação, moldando a forma como acharia mais benéfico aplicar a política pública. Além, também, do fato que a discricionariedade é formada por um conjunto de fatores e, dentre eles, está a questão dos valores pessoais e o local de onde veio afeta diretamente isso. Logo, é mais coerente alguém que veio da mesma comunidade que você entender o contexto e as insuficiências da região. Cada vez mais os processos seletivos prezam pela formação técnica do profissional, o que privilegia as pessoas com melhor formação acadêmica, mas os conhecimentos e os envolvimento com a comunidade onde irão trabalhar também influenciam na efetividade das políticas públicas (LOTTA, 2018). No Distrito Federal, por exemplo, cada região se organiza de maneira diferente, ou seja, de uma região administrativa para outra já há uma diferença notável no jeito como a comunidade se estrutura e nas dificuldades que passam. Em outras cidades pode-se observar o quanto os bairros podem ser bastante diferentes uns dos outros. Portanto, além dos conhecimentos acadêmicos, o pertencimento com a região que irá trabalhar também é um fator importante para a implementação das políticas públicas, não podendo ser ignorado na hora que serão organizados os critérios para distribuição dos profissionais (LOTTA, 2018).

A postura do professor na sala de aula reflete nos comportamentos dos alunos e na maneira como eles irão se aproximar do campo de conhecimento aplicado, da mesma forma que o estilo de ser dos alunos também pode promover desenvolvimento e aprendizagem nos professores. Ao entender que cada criança possui sua individualidade, possuindo ou não algum tipo de transtorno, é possível perceber que não é benéfico aplicar as políticas de maneira generalizada. O desenvolvimento humano é um processo singular, a experiência histórica, o contexto social e cultural e sua rotina no cotidiano vão influenciar diretamente no modo como as características vão sendo formadas. Em teoria, as políticas públicas tentam englobar todas as variedades que podem aparecer dentro do

TEA, porém, cabe ao burocrata de nível de rua analisar o contexto de cada criança e desenvolver a metodologia que funcione com melhor adequação. O Professor também é afetado por suas próprias vivências, o que direciona a forma como ele cria opiniões e disserta sobre o que é melhor ou pior, além de ter que lidar com o imediatismo das situações que ocorrem nas salas de aula. Outro ponto que reflete nas decisões tomadas pelos professores são as condições de trabalho. A falta dos recursos e das infraestruturas necessárias torna muitas vezes impossível aplicar as políticas públicas de acordo com as leis e mandatos gerais, sendo preciso que o agente público adapte os mecanismos de acordo com a realidade da escola em questão (OLIVEIRA, 2022).

Juntamente com a questão prática da possibilidade da implementação da política pública no local, o agente de linha de frente também deve lidar com as pressões da carga do trabalho e as expectativas dos dois grupos: o Estado e o usuário (OLIVEIRA, 2012). Constantemente há conflitos sobre o que cada parte espera da política e do serviço do burocrata, por um lado o Estado procura respostas quantitativas dos progressos tidos com a política e, por outro lado os usuários esperam ser ouvidos e terem suas demandas devidamente atendidas. Portanto, ao mesmo tempo que o professor deve responder a uma determinada hierarquia, apresentar as metas batidas aos supervisores e mostrar resultados, ele também precisa atender ao que cada aluno – e sua família – pontuam como questões importantes para o progresso particular do aprendizado e desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que o agente precisa dialogar com os interesses e objetivos que o Estado possui ao elaborar as políticas públicas, ele precisa compreender de que maneira a política se encaixa melhor dentro da realidade da criança com que está lidando (CAVALCANTI, 2019).

1. Implementação de políticas públicas na sala de aula

A etapa de implementação das políticas públicas vai ser responsável por traduzir as demais fases do processo, ou seja, a forma como as agendas são montadas, as formulações são delineadas e as decisões tomadas têm consequência direta no modo como a política será apresentada na realidade (BORDE, 2022). Assim, o professor será o agente responsável por traduzir as políticas públicas educacionais dentro da sala de aula, sendo a linha direta do serviço e de seu usuário e essa relação abre espaço para diversas interpretações e aplicações da política. Mas, os professores, além de terem de responder as demandas, tensões e responsabilidades de seu público-alvo, devem prestar conta aos burocratas hierarquicamente superiores e aos familiares de seus alunos por haver uma cobrança de resultados tanto formal quanto pessoal em cima deles (BORDE, 2022). O

que pode acabar gerando um conflito sobre o que a administração pública espera do agente e o que os pais esperam para seus filhos, aumentando ainda mais a pressão do cargo. Dessa forma, a discricionariedade do professor no momento de implementar a política na sala de aula ultrapassa as questões envolvendo seus valores pessoais, mas podem estar sob forte influência destas questões. Além desta influência de seus próprios princípios, eles acabam sofrendo grande pressão – tanto do sistema, quanto da comunidade – por resultados, o que acaba intervindo na forma como este agente vai atuar, juntamente com fatores externos como a falta dos recursos necessários para a aplicação da política da forma como está escrito no papel.

Outro ponto que afeta a discricionariedade deste burocrata de nível de rua é a forma como ele irá se relacionar com seus alunos, muitas vezes é culturalmente esperado que os professores estabeleçam com os alunos relações que transbordem as funções docentes, principalmente para os professores do ensino fundamental (BORDE, 2022). Neste período de escolaridade o tempo de convivência do agente com a criança é maior, sendo quase involuntário para o professor conhecer as individualidades, condições de vida, relações familiares e sociais de seus alunos (BORDE, 2022). Isso pode acabar criando uma categorização de quais crianças são “merecedoras” e quais são “não merecedoras” de maior atenção e investimento intelectual, o que pode gerar um desequilíbrio nas oportunidades educativas (BORDE, 2022). De acordo com Lipsky (1980), o Estado faz uma categorização dos indivíduos onde os clientes são identificáveis e alocáveis, de forma que o burocrata de nível de rua consiga colocar os usuários dos serviços públicos nestas categorias para, assim, melhor direcionar a política pública. Pelo fato de os burocratas de nível de rua estarem na linha de frente e representarem a face do Estado, eles devem ter a capacidade de distribuir os benefícios da política de acordo com essas categorias pré-determinadas (LIPSKY, 1980). Porém, no caso dos professores, a forma como essa categorização é feita pode acabar fomentando as desigualdades educacionais e prejudicando o aprendizado dos alunos (BORDE, 2022).

Em uma pesquisa feita no bairro de São Gonçalo no Rio de Janeiro em uma escola de educação infantil até o 9º ano, tendo como foco o 1º segmento do ensino fundamental, é possível ver melhor na prática alguns destes pontos da discricionariedade docente (BORDE, 2022). Uma professora - colocada como professora B - pontua em sua fala que: “Minha turma é muito heterogênea. Tenho que fazer atividades diferentes para os grupos. Têm aqueles que já sabem ler, outros em processo, outros que não sabem nada, mas são interessados e outros sem nenhum interesse. É difícil dar conta. Uns precisam de mais

atenção e outros conseguem caminhar com mais autonomia. Minha principal preocupação é com aqueles que não têm apoio em casa. Tenho que me desdobrar para dar conta desses. Infelizmente, a participação, o apoio da família é muito pouco e são esses os alunos que mais precisam de mim”. A partir deste relato pode-se entender melhor a questão da categorização dos indivíduos, onde a professora deve formar uma ordem de prioridades no momento de aplicação das políticas para melhor direcioná-las. Em outro momento a professora B demonstra em seu discurso pontos que exemplificam a parte em que a discricionariedade transborda as funções docentes: “Quando algum falta à aula, eu bato na porta para saber por quê. Se está doente, levo as atividades na casa deles. Só é ruim quando alguns pais querem conversar sobre os filhos na rua, antes ou depois do horário do trabalho. Eles acabam invadindo um pouco meu espaço pessoal. As coisas ficam meio misturadas”. Essa situação demonstra de forma mais clara a maneira como este agente educacional está sujeito a sair do campo profissional de atuação e acabar construindo uma relação pessoal com o usuário do serviço, o que, dentre muitas consequências, acaba influenciando a forma como o professor vai enxergar o aluno e aplicar, então, a política pública para este.

Já, nesta mesma pesquisa (BORDE, 2022), no relato da professora A temos: “Trago outras coisas para os meus alunos para enriquecer o trabalho. O livro fica mais como apoio mesmo. Tenho que ter uma flexibilidade no conteúdo, porque nem sempre os alunos acompanham certinho o que tem que ser dado. Sigo a matéria de acordo com a resposta que os alunos dão. Não posso ser rígida com o conteúdo”. Em seu discurso podemos observar a parte da discricionariedade do professor em que ele não apenas faz o que a política manda, e sim adapta ela de acordo com seu contexto de sala de aula (BORDE, 2022). Mesmo que seja importante estabelecer um percurso curricular para cada ano escolar, é também importante que o professor tenha essa liberdade de adequar os conteúdos de acordo com o que será mais benéfico para sua turma, até porque as políticas não possuem a capacidade de abranger todas as realidades possíveis dentro do cenário educacional brasileiro.

Desse modo é possível notar que existem diversos aspectos que podem influenciar na maneira como um professor aplica a política pública dentro da sala de aula, variando de acordo com várias especificidades. Isso gera interpretações diversas das políticas escritas no papel, principalmente quando seus autores não sabem ao certo o que almejam com ela, deixando algo intangível para os agentes de linha de frente trabalharem (OLIVEIRA, 2012). Além desta parte da interpretação, também há o contexto em que cada escola se

encontra, por vezes o burocrata de nível de rua entende o que a política almeja, mas não possui os recursos necessários e nem a estrutura ou os usuários do serviço não estão preparados para receber dessa maneira a política, sendo preciso, então, adaptá-la (OLIVEIRA, 2022). Levando em consideração todos estes temas discutidos ao longo do texto, pode-se compreender melhor a dificuldade para a aplicação adequada de políticas públicas para crianças diagnosticadas com TEA nas salas de aula das escolas públicas do Brasil. Garantir que elas tenham o serviço, o acompanhamento e o acolhimento adequado tornam-se um desafio. Por isso, estudos como este, que buscam interligar a área da aplicação da política pública com o Transtorno do Espectro Autista e a questão da aprendizagem são tão importantes. Apenas entendendo melhor como funciona e quais características podem afetar o trabalho do agente é que será possível gerar um cenário melhor para a criança.

Considerações Finais

A etapa de implementação das políticas públicas é tão importante quanto as demais fases, principalmente quando falamos dos professores (GUIMARÃES, 2022). Estes profissionais são a ponta da cadeia da política pública, ou seja, eles possuem contato direto com o usuário dos serviços, criando oportunidades pedagógicas para que o aprendizado ocorra dentro das salas de aula (GUIMARÃES, 2022). E, por trabalharem na linha de frente nas escolas, existe uma cadeia hierárquica a quem devem responder, havendo uma pressão em alinhar os interesses administrativos das políticas com as demandas dos alunos. Por terem que atender as metas do Estado, os burocratas de nível de rua acabam categorizando os indivíduos, o que pode ocasionar em desigualdades educacionais, incluindo ou excluindo os alunos de acordo com a categoria em que se encaixam. Porém, por terem demandas particulares de acordo com a individualidade dos alunos e por criarem um laço afetivo com eles, os professores exercem a discricionariedade de modo que haja uma resposta adequada da criança. Assim, o professor deve fazer o papel de organizar as demandas de acordo com o que é desejado pelo Estado, mas também concilia-las conforme as individualidades do aluno (GUIMARÃES, 2022).

É de conhecimento geral que a vida de uma pessoa com desenvolvimento atípico possui muito mais obstáculos a serem enfrentados, uma vez que a sociedade, tal como está organizada atualmente, impõe inúmeras barreiras físicas e atitudinais aos que apresentam características de desenvolvimento muito diferentes do estabelecido como norma. Além de ter que lidar com as demandas internas que o transtorno traz, ainda há a

questão da exclusão social, existe um preconceito dentro da sociedade com aqueles indivíduos que não se encaixam em um determinado padrão. As pessoas tendem a fazer um pré julgamento do que é o Transtorno do Espectro Autista e colocam todos que são diagnosticados dentro de um mesmo rótulo, costumam acreditar, por exemplo, que todas as crianças diagnosticadas com TEA possuem dificuldades de aprendizagem ou que não conseguem de modo algum interagir socialmente. Porém, mesmo estando dentro de um mesmo grupo, cada indivíduo vai possuir suas características próprias, existindo diversos níveis de funcionalidade e variações no comportamento. Justamente por haver um estereótipo em cima dessas crianças, o professor vai exercer um papel fundamental para desmistificar certos rótulos e conseguir dar o suporte necessário para que a criança se insira na turma e, conseqüentemente, consiga se incluir melhor dentro da comunidade. Pode-se observar no caso do Enzo Gabriel, no qual a suspeita do transtorno surgiu a partir da escola, como é importante os agentes estarem atentos a cada criança e suas singularidades e não apenas enquadrá-las em categorias (NOGUEIRA, 2022). Cabe salientar que, apesar de ser extremamente importante o burocrata de nível de rua entender as particularidades do usuário do serviço, no caso dos professores, eles devem ter o cuidado de não criar métodos que deixem as crianças diagnosticadas com TEA desconfortáveis e se sentindo a parte da turma. Portanto, as dinâmicas usadas pelos professores na hora de integrar as crianças devem, ao mesmo tempo, ser inclusivas de acordo com as capacidades dos alunos e, também, bem projetadas para que não deixe nenhuma criança com o sentimento de estar à margem das interações sociais por conta de algum tratamento especial (PLAISANCE, 2010).

Grande parte dos estudos, tanto nacionais quanto internacionais, focam em entender como funciona o processo de formulação das políticas públicas, deixando um espaço em aberto para as questões envolvendo a implementação dessas políticas. No Brasil existem poucos estudos que relacionam o conceito político de “burocrata de nível de rua” com outras áreas de conhecimento, quando se fala sobre a aplicação de políticas educacionais para a educação inclusiva os materiais são ainda mais escassos (MUYLAERT, 2021). Os profissionais de linha de frente possuem um elo importante com a educação inclusiva, o que eles fazem ou deixam de fazer traz conseqüências diretas para as crianças, portanto é importante que existam pesquisas que relacionem estas partes, abrindo maior espaço para o entendimento e dialogo. Somente ao entender que as políticas delineadas no papel são diferentes das perspectivas possíveis na práticas e que essas variações nos estilos de implementação traz diferentes resultados é que é possível

compreender quais serão as modificações necessárias para que as políticas públicas tenham maior propósito dentro da realidade de cada aluno (CAVALCANTI, 2019). Assim, é crucial analisar as políticas públicas pelo ângulo dos burocratas de nível de rua, apenas identificando como funciona na prática as políticas elaboradas no papel é que será possível entender qual será o melhor modo de modifica-las e adequa-las para que os efeitos sejam positivos na vida dos cidadãos. Mesmo que os burocratas de nível de rua representem a face do Estado para os cidadãos, eles também são um reflexo das necessidades e das vontades reais das pessoas que utilizam os serviços públicos. Diante disso, para que as crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista tenham na agenda política nacional questões coerentes de acordo com suas especificidades é preciso que o Estado trabalhe conjuntamente com os professores, de forma que as demandas e as perspectivas reais tenham a devida atenção (GUIMARÃES, 2022).

É necessário ampliar a literatura que relaciona a inclusão escolar de pessoas diagnosticadas com TEA e a teoria dos burocratas de nível de rua de Lipsky, a fim de compreender a ligação entre esses conceitos e identificar possíveis melhorias no sistema. Eu enviei uma proposta de pesquisa empírica ao CEP CHS, na qual solicitei permissão para entrevistar cinco professores da rede pública do Distrito Federal que ensinam crianças diagnosticadas com TEA no ensino fundamental, bem como cinco familiares dessas crianças. Eu trabalharia com a hipótese de que, com base em seus próprios valores e convicções sobre o que é melhor ou pior, os burocratas de nível de rua, neste caso os professores, tomam decisões que, por vezes, divergem das políticas públicas originalmente formuladas pelo Estado. O objetivo da pesquisa seria entender como, na prática, a discricionariedade dos agentes afeta a forma como a política pública é implementada, analisando o caminho percorrido desde sua criação até o momento em que é aplicada nas escolas, observando de que forma as crianças atípicas serão atingidas neste processo. Estima-se que esta pesquisa, ao ser realizada, possa trazer diversos benefícios, pois possibilitaria que os educadores, as instituições e até mesmo outros servidores públicos, otimizassem a forma como as crianças diagnosticadas com TEA constroem o aprendizado, de maneira que consigam se inserir na sociedade com maior facilidade. Além de proporcionar uma melhor qualidade de vida para as crianças com TEA e para suas famílias, as entrevistas permitiriam que outros estudiosos usassem essas informações como base para analisar como as políticas públicas e os burocratas de nível de rua estão conectados na prática, mostrando como essa relação agente e política pode afetar a vida da comunidade.

Por fim, considera-se que a Psicologia Cultural, de base teórica Vigotskiana, ao aproximar-se dos conhecimentos desenvolvidos no campo da Ciência Política, no que diz respeito à Discricionariedade, pode ampliar as suas contribuições para a interface entre Psicologia e Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 5th Edition (DSM-5)*. Arlington, VA: American Psychiatric Publishing.

BRUNER, J. S. *A cultura da educação*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

BORDE, Amanda. **BERNADO**, Elisangela. **GUIMARAES**, Tereza. *A Burocracia de Nível de Rua na Discricionariedade Docente*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 47, e110669, 2022.

CARVALHO, Erenice. *Capítulo 3: Educação inclusiva: precursores e desdobramentos*. **BARBATO**, Silviane; **MACIEL**, Diva Albuquerque. Contribuições do desenvolvimento humano e da educação aos processos de inclusão: princípios, ensino superior e formação de professores. Editora UnB, 2023.

CAVALCANTI, Sérgio; **LOTTA**, Gabriela; **PIRES**, Roberto Rocha. Contribuições dos estudos sobre burocracia de nível de rua. In: Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Organizacionais (Eneo), Florianópolis, 2019.

CAPELLA, Ana Claudia. *“Formulação de Políticas Públicas”*. Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, 2018.

GUIMARÃES, Tereza Cristina de Almeida. *“A Burocracia de Nível de Rua Na Discricionariedade Docente.”* Educação & Realidade, vol. 47, 2022, <https://doi.org/10.1590/2175-6236110669vs01>. Accessed 6 Feb. 2023.

KOHL, Marta. *“Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico”*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LIPSKY, M. (1980). *Street-level bureaucracy: Dilemmas of the individual in public services*. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LOTTA, Gabriela. Parte I: O papel das burocracias do nível de rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. FARIA, Carlos Aurélio. *“Implementação de políticas públicas – teoria e prática”*. Editora PUC Minas, Belo Horizonte, 2012.

LOTTA, Gabriela. Parte II: Desvendando o papel dos burocratas de nível de rua no processo de implementação: o caso dos agentes comunitários de saúde. FARIA, Carlos Aurélio. *“Implementação de políticas públicas – teoria e prática”*. Editora PUC Minas, Belo Horizonte, 2012.

LOTTA, G. S. (2018). Burocracia, redes sociais e interação: uma análise da implementação de políticas públicas. *Revista de Sociologia e Política*, 26(68), 95-116.

MUYLAERT, Naira. *“Apresentação - Estudos Sobre Implementação de Políticas Públicas E Suas Relações Com a (Re) Produção de Desigualdades Educacionais: Um Campo Em Construção.”* *Educar Em Revista*, vol. 37, 2021, <https://doi.org/10.1590/0104-4060.82717>. Accessed 6 Feb. 2023.

NOGUEIRA, Rochelle. “Preconceito é um dos maiores desafios enfrentados por pessoas com autismo”. Câmara Municipal de Fortaleza, 2022. Disponível em: <<https://www.cmfor.ce.gov.br/2022/04/11/preconceito-e-um-dos-maiores-desafios-enfrentados-por-pessoas-com-autismo/>>. Acesso no dia 15 de fevereiro de 2023.

NUNES, Debora Regina; Queiroz Orrico Azevedo, Mariana; Schmidt, Carlo. *Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura* *Revista Educação Especial*, vol. 26, núm. 47, septiembre-diciembre, 2013, pp. 557-572 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil.

OLIVEIRA, Antônio. *Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas*. Editora FGV, 2012.

OLIVEIRA, Ana. SEQUEIRA, Deisilucy. GOMES, Luan. *A IMPLEMENTAÇÃO DO TURNO ÚNICO NO RIO DE JANEIRO: INTERAÇÃO E DISCRICIONARIEDADE DOS AGENTES*. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 17, n. esp. 3, p. 2343-2364, nov. 2022.

Transtorno do espectro autista. Organização Pan-Americana da Saúde. Acesso em 14 de abril de 2022. Disponível em <<https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>>

VOLKMAR, F. R. & WIESNER, L. A. "What is Autism? Concepts of Diagnosis, Causes, and Current Research." *World Psychiatry*, v. 4, n. 1, p. 35-41, fev. 2005. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1414750/>. Acesso em: 17 mar. 2023

VYGOTSKY, L. S. (1991). *Psicologia Pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.